



PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM – GRADUAÇÃO EM DIREITO

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Carga horaria: 30 horas - Estrutura curricular 2021 - 9º Período

EMENTA

Análise e compreensão dos princípios doutrinários e normativos inerentes à proteção e da criança e do adolescente, com os respectivos limites de ação e medidas socioeducativas. Análise dos fundamentos constitucionais da proteção à criança e do adolescente.

OBJETIVO GERAL

Conceituar o Direito da Criança e Adolescente aplicados ao cotidiano do trabalho do profissional do Direito.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), conhecer os seus institutos, à luz dos valores e princípios constitucionais e, verificar a funcionalidade na aplicação as relações privadas, através da análise jurisprudencial e de casos concretos tendo em conta a dignidade da pessoa.

CONTEÚDOS

UNIDADE I – Dos Direitos Fundamentais

1.1. A criança e adolescente como prioridade absoluta. UNIDADE II – Da Prevenção

2.1. Disposições gerais. 2.2. Da prevenção especial. 2.3. Da informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos; dos produtos e serviços; da autorização para viajar.

UNIDADE III - Da Política de Atendimento

3.1. Disposições gerais. 3.2. Das entidades de atendimento e sua fiscalização. UNIDADE

IV - Das Medidas de Proteção

1



4.1. Disposições gerais. 4.2. Das medidas específicas de proteção. 4.3. Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável. UNIDADE V- Do Conselho Tutelar

5.1. Disposições gerais. 5.2. Das atribuições do conselho. 5.3. Da competência. 5.4. Da escolha dos conselheiros. 5.5. Dos impedimentos.

UNIDADE VI - Acesso à Justiça

6.1. Disposições gerais. 6.2. Da Justiça da infância e da juventude. 6.3. Dos auxiliares da justiça. 6.4. Dos procedimentos. UNIDADE VII – Perda e Suspensão do Pátrio Poder

7.1. Perda e suspensão do pátrio poder. Da destituição da tutela. Da colocação em família substituta. UNIDADE VIII - Da Prática de Ato Infracional das Infrações Administrativas Apuração de ato infracional atribuído ao adolescente.

Apuração de irregularidades em entidade de atendimento. 8.3. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

UNIDADE IX – Dos Recursos

9.1. Espécies Recursais.

UNIDADE X- Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos

10.1. Atuação do Ministério Público.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aulas expositivas

Artigos e Fichamentos

Grupos de estudos e Oficinas

ATIVIDADES DISCENTES

Leitura, fichamento e análise crítica de textos indicados

Pesquisas

Análise e solução de casos simulados e casos reais (jurisprudências)

Grupos de debate.

RECURSOS DIDÁTICOS

Utilização do quadro.

Utilização de livros, textos avulsos, imagens.

Data show.



Repertório Jurisprudencial.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por meio de provas escritas e trabalhos, denominadas **AV1**, **AV2** e **AV3**, sendo considerada a média das duas melhores notas e descartada do computo a menor nota entre as 3 (três) avaliações.

Observada a média 6,0 (seis) pontos para aprovação.

As avaliações denominadas Av1, Av2 e Av3 terão pontuação 10 (dez), distribuídas da seguinte forma:

AV1: prova avaliativa valendo 10 (dez) pontos

AV2: prova avaliativa valendo 10 (dez) pontos

AV3: prova avaliativa valendo 10 (dez) pontos

Abrangência da avaliação: **Av1** – Matéria primeiro bimestre, **Av2** – matéria segundo bimestre e **Av3** – matéria do primeiro e segundo semestre.

Considerar-se-á reprovado na disciplina o aluno que obtiver a média final inferior a **6 (seis)** pontos.

Ainda, considerar-se-á reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas ministradas para a disciplina, ressalvado o disposto no § 1º do art. 92 do Regimento Interno da IES.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente: Doutrina e Jurisprudência. 16 ed.

São Paulo: Atlas, 2015. - FONSECA, Antônio Cezar Lima da. Direitos da Criança e do Adolescente. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012. - ELIAS, Roberto João. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 4 ed. São Paulo,

Saraiva, 2010. - TAVARES, José de Farias. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. (livro eletrônico)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

3



MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos. 8 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015. -CUNHA, Rogério Sanches; LÉPORE, Paulo Eduardo; ROSSATO, Luciano Alves. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069: Comentada Artigo por Artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DUPRET, Cristiane. Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Atualizado pelas Leis nºs 12.010/09, 12.015/09, 12.234/10, 12.318/10, 12.415/11, 12.594/12. 2 ed. Belo Horizonte: Jus Editora, 2012.

RAMIDOFF, Mário Luiz. Lições de Direito da Criança e do Adolescente, Ato Infracional e Medidas Sócio Educativas. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2011. - DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2011.